Revista Comunicação Universitária

COOPERATIVISMO RIBEIRINHO EM IGARAPÉ-MIRI (PA): ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA E TERRITORIAL DA CAEPIM

RIVERINE COOPERATIVISM IN IGARAPÉ-MIRI (PARÁ, BRAZIL): PRODUCTIVE AND TERRITORIAL ORGANIZATION OF CAEPIM

Túlio Araújo Monteiro[*]
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Benedito Ely Valente da Cruz[**]
Universidade do Estado do Pará

Nyvea Lissandra Araújo Neves[***]
Universidade do Estado do Pará

Kelly Pinheiro Brito[****]
Universidade Federal do Pará

RESUMO

Este artigo analisa a organização produtiva e territorial da Cooperativa Agrícola dos Empreendedores Populares de Igarapé-Miri (CAEPIM), no Pará, como experiência de organização coletiva da agricultura familiar ribeirinha centrada no açaí. A pesquisa articula revisão bibliográfica, pesquisa documental, trabalho de campo, análise quantitativa e representação cartográfica, com dados de 30 produtores com certificação orgânica vinculados à cooperativa, referentes à safra de 2025. Esses produtores declararam 31.152 latas, cerca de 436,1 toneladas, distribuídas em cinco setores. A produção mostrou-se homogênea entre as unidades familiares, enquanto a área declarada varia amplamente; a produção cresce com a área em proporção bem menor e não apresentou relação com a distância ao porto da cooperativa. As diferenças setoriais na relação produção/área revelaram-se sensíveis a registros individuais. Conclui-se que a CAEPIM atua sobretudo na organização da circulação e da comercialização de uma produção familiar dispersa, em escala ainda pequena diante do volume municipal, e que sua consolidação depende de infraestrutura, gestão da informação, assistência técnica e políticas públicas adequadas ao meio ribeirinho.

[*] Licenciado em Geografia pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Pesquisador do Projeto ValorizaBio (CNPq) e do Laboratório de Análises e Pesquisas Territoriais Estratégicas da Amazônia (LAPTEA/UEPA). Pós Graduando em Ensino de Geografia. Belém, Pará, Brasil. E-mail: tulioaramon@outlook.com.
ORCID: https://orcid.org/0009-0004-0992-6843. Lattes: http://lattes.cnpq.br/5240401651803933.
[**] Doutor em Geografia Humana. Professor da Universidade do Estado do Pará (UEPA) e pesquisador do LAPTEA, Belém, Pará, Brasil. E-mail: bvalente7@uepa.br.
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-5432-5105. Lattes: http://lattes.cnpq.br/2966561990177277
[***] Graduanda em Licenciatura Plena em Geografia. Pesquisadora do LAPTEA, Universidade do Estado do Pará (UEPA), Belém, Pará, Brasil. E-mail: nyveasheleg@gmail.com.
ORCID: https://orcid.org/0009-0008-0777-4523. Lattes: http://lattes.cnpq.br/6211199700251877
[****] Graduanda do curso superior de Tecnologia em Agroecologia da Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil. E-mail: kellypinheiroufpa@gmail.com.
ORCID: https://orcid.org/0009-0006-5808-7833.

Palavras-chave: Cooperativismo rural. Agricultura familiar ribeirinha. Açaí. Certificação orgânica. Organização territorial.

ABSTRACT

This article analyzes the productive and territorial organization of the Agricultural Cooperative of Popular Entrepreneurs of Igarapé-Miri (CAEPIM), in the state of Pará, Brazil, as an experience of collective organization of riverine family farming centered on açaí. The research combines a literature review, documentary research, fieldwork, quantitative analysis and cartographic representation, using data on 30 organically certified producers linked to the cooperative for the 2025 harvest. These producers reported 31,152 cans, about 436.1 tonnes, distributed across five sectors. Production was homogeneous among family units, while declared area varies widely; production grows with area at a much lower rate and showed no relationship with the distance to the cooperative's port. Sectoral differences in the production/area ratio proved sensitive to individual records. We conclude that CAEPIM acts mainly in organizing the circulation and commercialization of a dispersed family production, at a scale that is still small relative to the municipal volume, and that its consolidation depends on infrastructure, information management, technical assistance and public policies suited to riverine conditions.

Keywords: Rural cooperativism. Riverine family farming. Açaí. Organic certification. Territorial organization.

1 INTRODUÇÃO

A Cooperativa Agrícola dos Empreendedores Populares de Igarapé-Miri (CAEPIM) constitui uma experiência de organização coletiva de agricultores familiares ribeirinhos no município de Igarapé-Miri, estado do Pará. Fundada em 2005, a cooperativa resulta de processos de mobilização, formação e organização comunitária voltados ao fortalecimento da produção e da comercialização agrícola. Sua atuação articula produtores localizados em diferentes rios, ilhas e comunidades, em áreas de várzea amazônica marcadas pela dispersão das unidades produtivas e pela combinação entre circulação fluvial e terrestre. Nesse território, as unidades familiares combinam agricultura, agroextrativismo e manejo de produtos da sociobiodiversidade, especialmente o açaí, articulando uso dos recursos naturais, conservação da floresta e geração de renda (Lobato; Farias, 2025). As distâncias entre as propriedades, o regime das marés, os custos de transporte e a disponibilidade de embarcações, ramais e vias terrestres interferem na comunicação, na coleta da produção e no acesso aos mercados, o que faz da organização de agricultores territorialmente dispersos um desafio relevante para o cooperativismo na Amazônia.

A principal atividade produtiva entre os agricultores relacionados à CAEPIM é o manejo e a comercialização do açaí (*Euterpe oleracea* Mart.). O fruto possui relevância econômica, alimentar, social e cultural para as comunidades ribeirinhas de Igarapé-Miri, estando associado

ao trabalho familiar, aos conhecimentos sobre os ambientes de várzea e às formas de circulação organizadas por rios, furos, igarapés, trapiches e ramais (Santos *et al.*, 2024). Segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM), Igarapé-Miri produziu 421,3 mil toneladas de açaí em 2025, em 52 mil hectares colhidos, o maior volume municipal do país, correspondente a 20,9% da produção brasileira e a 22,5% da paraense registradas na pesquisa; o valor dessa produção alcançou cerca de R$ 1,68 bilhão (IBGE, 2026). O resultado recupera o patamar anterior à retração de 2024, quando o volume municipal caiu para 261,9 mil toneladas (FAPESPA, 2026). Os dados da PAM referem-se à produção classificada como lavoura permanente e não abrangem a produção registrada como extrativismo vegetal.

A ampliação da demanda pelo açaí, especialmente a partir da década de 1990, modificou as relações de produção, circulação e comercialização do produto. O fruto e seus subprodutos passaram a integrar circuitos comerciais mais amplos, envolvendo agricultores, intermediários, transportadores, feirantes, associações, cooperativas e agroindústrias (Corrêa, 2016). Essa expansão criou oportunidades econômicas, mas também evidenciou assimetrias quanto ao controle da logística, à capacidade de negociação e à apropriação do valor gerado. Parte expressiva dos agricultores familiares está concentrada no manejo, na colheita e na comercialização do fruto *in natura*, com participação reduzida nas etapas de maior valor agregado (Cabral, 2021; Monteiro, 2026).

É nesse contexto que a atuação da CAEPIM adquire relevância. Ao reunir produtores localizados em diferentes ilhas do município, a cooperativa contribui para organizar a oferta do produto, coordenar parte dos fluxos de transporte e ampliar a capacidade de negociação dos agricultores (Lobato; Farias, 2025). Entretanto, sua atuação também enfrenta limitações relacionadas à infraestrutura produtiva e logística, à gestão administrativa, à participação dos associados, à assistência técnica e ao acesso contínuo a políticas públicas.

Diante desse contexto, pergunta-se: como se estrutura a organização produtiva e territorial da CAEPIM e que elementos de sua trajetória, de sua base produtiva e das relações de circulação e comercialização permitem discutir suas contribuições e limitações para a agricultura familiar ribeirinha em Igarapé-Miri (PA)? O objetivo geral é analisar essa organização produtiva e territorial, considerando a articulação de agricultores familiares dispersos. Especificamente, busca-se caracterizar a trajetória institucional da cooperativa, examinar a distribuição espacial e os volumes de produção do recorte analisado e discutir os limites da organização coletiva no acesso aos mercados, sem tomar os dados disponíveis como medida direta de renda ou de impacto econômico.

Parte-se da proposição de que a CAEPIM pode desempenhar papel relevante na organização territorial da produção ao articular famílias distribuídas por diferentes rios, ilhas e comunidades de Igarapé-Miri. Sua capacidade de fortalecer a agricultura familiar depende, entretanto, de infraestrutura, assistência técnica, gestão, participação dos associados e condições institucionais adequadas ao meio ribeirinho.

Além desta introdução, o artigo apresenta o referencial teórico sobre agricultura familiar ribeirinha, cooperativismo e território; os procedimentos metodológicos; a análise da trajetória institucional, da base produtiva e de seu significado territorial; e as considerações finais.

2 AGRICULTURA FAMILIAR RIBEIRINHA, COOPERATIVISMO E TERRITÓRIO

A agricultura familiar não se define exclusivamente pela dimensão da propriedade ou pelo volume produzido. Wanderley (1996) a compreende como uma categoria social diversificada, caracterizada pela associação entre família, propriedade dos meios de produção e realização do trabalho no estabelecimento. Nessa perspectiva, a unidade familiar constitui, simultaneamente, espaço de produção, moradia, consumo e reprodução social, articulando geração de renda, necessidades domésticas e continuidade da unidade produtiva.

Em Igarapé-Miri (PA), a agricultura familiar assume características ribeirinhas relacionadas à configuração territorial do município. As unidades produtivas distribuem-se por rios, furos, igarapés, ilhas e áreas conectadas por ramais e estradas. O trabalho, a mobilidade e o escoamento da produção são condicionados pelas distâncias, pelas marés e pela combinação entre vias fluviais e terrestres. Nesse contexto, as famílias articulam conhecimentos locais, trabalho doméstico e práticas produtivas adaptadas às condições das áreas de várzea (Reis *et al.*, 2015).

A produção do açaí exemplifica essa relação entre trabalho familiar, várzea e conhecimentos tradicionais. O manejo das touceiras, a identificação dos períodos de frutificação, a colheita, a debulha e o acondicionamento dos frutos mobilizam saberes construídos pela experiência e transmitidos entre gerações. Ao mesmo tempo, a perecibilidade do fruto, os custos de transporte e as dificuldades de acesso aos mercados podem limitar a atuação individual dos agricultores. Chayanov (1974) já indicava que o volume produzido pela unidade camponesa tende a ser regulado pelo equilíbrio entre a força de trabalho disponível na família e suas necessidades de consumo, e não apenas pela terra disponível.

Nessas condições, associações e cooperativas podem reunir a produção, compartilhar

custos, organizar a logística e ampliar a capacidade de negociação. Reis *et al.* (2015) relacionam essas experiências à economia solidária, fundamentada na cooperação, no trabalho associado, na participação e na gestão democrática (Singer, 2002). O mesmo autor apontava a cooperação como via de concentração vertical (Chayanov, 1974): a cooperativa assume etapas como a comercialização, o crédito e o beneficiamento, enquanto a produção permanece nas unidades familiares. O cooperativismo constitui, portanto, uma forma institucional de ação coletiva capaz de articular unidades produtivas familiares, mediar relações comerciais e facilitar o acesso à assistência técnica, ao crédito e às políticas públicas.

Essa ação coletiva tem uma dimensão territorial. Para Raffestin (1993), todo sistema territorial combina tessituras, nós e redes, por meio dos quais os atores organizam o espaço e exercem poder sobre a circulação de pessoas, bens e informações. Saquet (2007) acrescenta que o território é produzido por relações econômicas, políticas, culturais e naturais articuladas no tempo, de modo que as territorialidades presentes carregam processos anteriores de organização social. Na mesma direção, Santos e Silveira (2001) distinguem os circuitos espaciais de produção, que expressam os fluxos materiais, dos círculos de cooperação, que coordenam informações, capitais e ordens ao longo desses circuitos.

O desenvolvimento rural, nessa perspectiva, não se limita ao crescimento da produção ou da renda monetária. Beduschi Filho e Abramovay (2004) destacam que o desenvolvimento das regiões rurais depende da articulação entre atores locais, organizações, instituições e projetos capazes de mobilizar recursos territoriais. Dallabrida (2026) acrescenta que o desenvolvimento territorial não ocorre automaticamente, mas resulta da capacidade coletiva de ativar o patrimônio territorial, transformando recursos latentes em ativos. Em Igarapé-Miri, Reis (2008) demonstra que a gestão participativa, a organização coletiva da comercialização do açaí, o Projeto Mutirão e a formação de empreendimentos coletivos constituem estratégias de desenvolvimento local sustentável da pequena produção familiar nas áreas de várzea. Agricultura familiar ribeirinha, cooperativismo e território constituem, assim, dimensões articuladas para compreender a CAEPIM.

3 METODOLOGIA

A pesquisa possui abordagem quali-quantitativa, caráter exploratório e descritivo e configura-se como estudo de caso da CAEPIM. Os procedimentos compreenderam revisão bibliográfica, pesquisa documental, trabalho de campo, análise quantitativa e representação

cartográfica, articulando a trajetória institucional da cooperativa às condições territoriais de produção e circulação do açaí (Minayo, 2002; Gil, 2008).

A pesquisa documental reuniu informações sobre o Projeto Mutirão e a CAEPIM, especialmente sua formação, atuação institucional e escala comercial. As atividades de campo foram desenvolvidas pelo Laboratório de Análises e Pesquisas Territoriais Estratégicas da Amazônia (LAPTEA) no âmbito do Projeto ValorizaBio, vinculado à Chamada CNPq/MCTI/FNDCT nº 19/2024 (Pro-Amazônia), e incluíram observações diretas, entrevistas com dirigentes da CAEPIM, entre eles seu presidente, diálogos com agricultores, aplicação de formulários, registros fotográficos, levantamento de coordenadas geográficas e obtenção de imagens aéreas com drone. Essa inserção em campo, realizada em projeto universitário com participação de pesquisadores em formação, segue uma tradição da pesquisa geográfica na Amazônia Oriental em que o trabalho de campo é, ao mesmo tempo, procedimento de pesquisa, espaço de formação e meio de diálogo entre a universidade e os trabalhadores rurais (Silva, 2024). A pesquisa integra o Projeto ValorizaBio, aprovado por Comitê de Ética em Pesquisa, em conformidade com a Resolução CNS nº 510/2016.

A análise quantitativa empregou um recorte não probabilístico de registros provenientes da base de dados da CAEPIM, disponibilizados ao LAPTEA para esta etapa da pesquisa (LAPTEA, 2026). A base inicial incluía 35 registros vinculados à produção certificada da cooperativa, referentes à safra de 2025, e não abrangia todo o grupo certificado. Foram excluídos cinco registros: a área coletiva da Associação Mutirão (90 ha), por não constituir unidade produtiva familiar, um registro duplicado, um produtor falecido e dois desligados da cooperativa. O recorte quantitativo final inclui 30 produtores, todos com produção informada, e os resultados não admitem inferência estatística para o conjunto dos cooperados. A produção, registrada em latas, foi convertida em quilogramas pela equivalência de 14 kg por lata. Como a base informa a área total das propriedades, e não a área manejada com açaí, calculou-se a relação produção/área declarada, entendida como indicador de diferenciação entre unidades produtivas, e não como produtividade agronômica. Para reduzir o peso de valores extremos, a análise por setor foi complementada por medianas e amplitudes por produtor; a desigualdade na distribuição da produção e da área foi medida pelo índice de Gini; e a relação entre produção e área declarada foi ajustada por regressão linear entre seus logaritmos, para os 30 registros. Os indicadores foram utilizados de maneira descritiva e exploratória, sem atribuição de causalidade ou cálculo de produtividade agronômica.

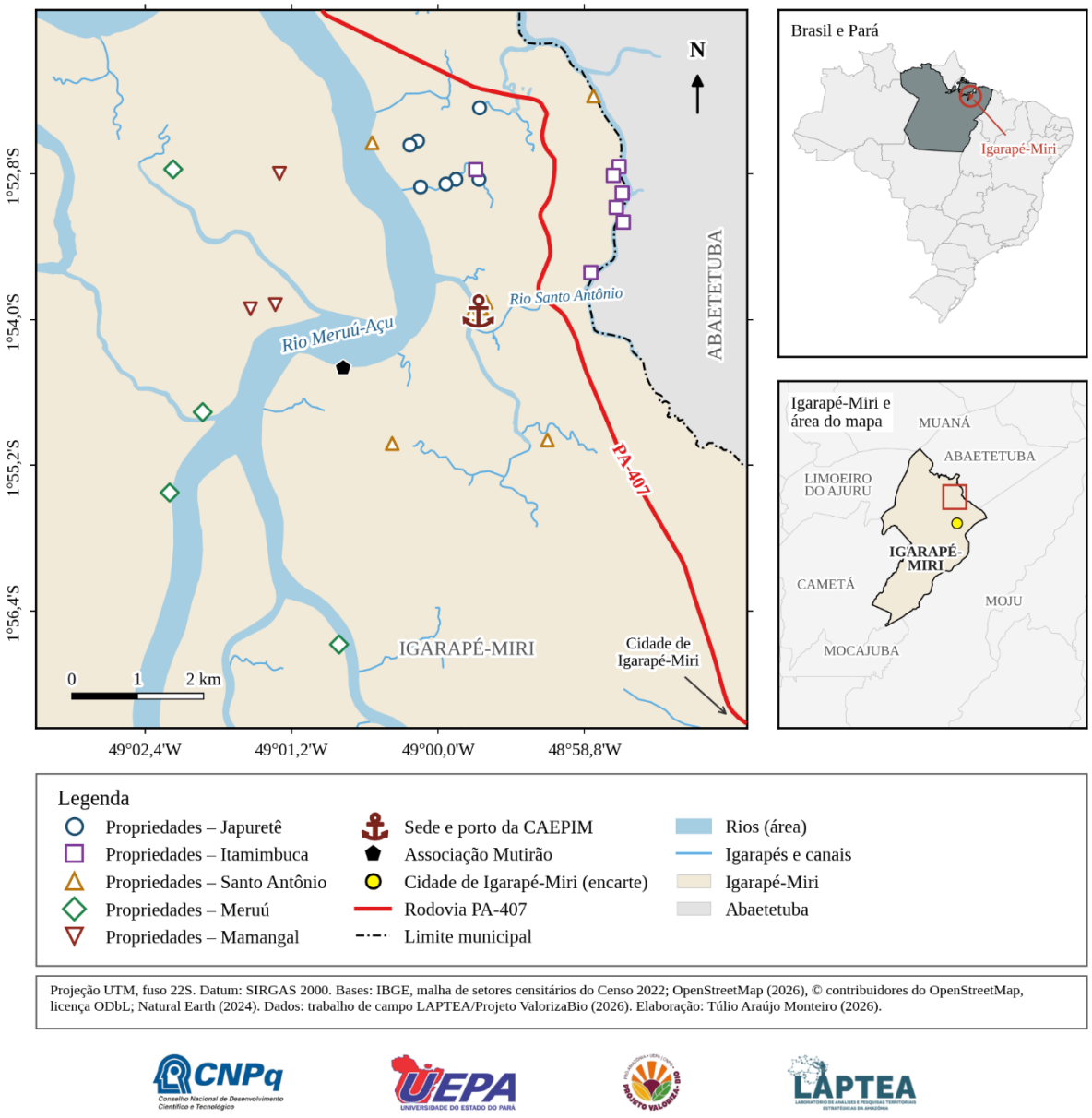
A representação cartográfica foi concebida como projeto cartográfico articulado ao

https://doi.org/10.69675/RCU.2763-7646.12145 2763-7646

projeto de pesquisa, conforme propõe Castro (2019), privilegiando a localização das unidades produtivas e os elementos que as conectam à cooperativa. O Mapa 1 reúne a área de estudo, a sede e o porto da CAEPIM, a Associação Mutirão e as propriedades analisadas, por setor, no Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas (SIRGAS 2000), projeção UTM, fuso 22 Sul. Os ajustes feitos sobre as bases cartográficas foram declarados na fonte e na nota das representações, como recomenda o autor. A hidrografia foi obtida do OpenStreetMap (2026), por consulta às feições cadastradas como corpos e cursos d'água na área de estudo, e conferida com imagem de satélite e com as coordenadas da sede da cooperativa e da Associação Mutirão. A toponímia hidrográfica segue as denominações utilizadas pelos moradores e registradas em campo, que podem diferir das adotadas em bases cartográficas e plataformas digitais.

As coordenadas registradas em campo foram convertidas para graus decimais e verificadas, descartando-se valores inválidos e coordenadas repetidas, o que resultou em 28 propriedades georreferenciadas entre as 30 analisadas; as duas restantes permanecem na tabela e no gráfico, mas não puderam ser representadas nos mapas. Quatro propriedades cuja localização não coincide com o setor declarado e as três com áreas divergentes entre as planilhas não puderam ser verificadas em campo e foram mantidas conforme a base de produção. A partir das 28 propriedades georreferenciadas, calculou-se a distância em linha reta de cada propriedade ao porto da cooperativa; a associação monotônica entre essa distância e a produção declarada, bem como entre a distância e a relação produção/área, foi examinada pelo coeficiente de correlação de postos de Spearman. Nos três casos em que as planilhas registram áreas diferentes para a mesma propriedade, adotou-se a área da base de produção. Para representar a distribuição espacial da produção, as propriedades georreferenciadas foram agregadas por setor censitário da malha do Censo 2022 (IBGE, 2022), por junção espacial, e representadas por círculos de área proporcional à produção (Mapa 2). No Mapa 1, as posições das propriedades foram deslocadas aleatoriamente em até 150 m, para preservar a privacidade dos produtores; os cálculos de distância utilizam as coordenadas originais.

Mapa 1 – Localização da CAEPIM, da Associação Mutirão e das propriedades analisadas, por setor, Igarapé-Miri (PA)



Fonte: Elaborado por Túlio Araújo Monteiro (2026), com base em trabalho de campo do LAPTEA (2026), IBGE (2022), OpenStreetMap (2026) e Natural Earth (2024).

Nota: As posições das propriedades foram deslocadas aleatoriamente em até 150 m, para preservar a privacidade dos produtores; os cálculos utilizam as coordenadas originais. A toponímia hidrográfica segue o uso local registrado em campo.

4 ANÁLISE E RESULTADOS

4.1 Da Associação Mutirão à CAEPIM: trajetória institucional

A trajetória da CAEPIM está vinculada ao processo de organização social dos

https://doi.org/10.69675/RCU.2763-7646.12145 2763-7646

agricultores familiares do município. O Projeto Mutirão, nome fantasia da associação criada em maio de 1990 em Igarapé-Miri, surgiu em um contexto marcado pelo enfraquecimento de atividades econômicas tradicionais e pela derrubada de açaizeiros para abastecimento das indústrias de palmito. Diante desse cenário, a valorização do fruto e o manejo dos açaizais passaram a representar alternativas de geração de renda e de conservação das áreas de várzea (Araújo, 2018).

O Projeto Mutirão constituiu-se em uma experiência de mobilização, formação política e organização comunitária, envolvendo demandas relacionadas às condições de vida, à produção, à assistência técnica e à representação dos agricultores. Reis *et al.* (2015) analisam essa experiência como uma articulação entre agricultura familiar e economia solidária, destacando sua relação com instituições de ensino, pesquisa e extensão e sua contribuição para a formação de empreendimentos coletivos em Igarapé-Miri.

Embora os agricultores já desenvolvessem práticas coletivas de produção e comercialização, especialmente do açaí *in natura*, a estrutura associativa apresentava limitações jurídicas para negociar formalmente em nome dos trabalhadores. As discussões sobre a criação de uma cooperativa intensificaram-se por volta do ano 2000, diante da necessidade de ampliar os canais de venda e reduzir a dependência da comercialização individual e dos intermediários (Lobato; Farias, 2025).

Entre 2002 e 2004, integrantes da Associação Mutirão participaram do Programa de Formação em Gestão de Empreendimentos Associativos (PROFORGESTÃO), promovido pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) em parceria com a Escola Sindical da Amazônia. A formação abordou cooperativismo, gestão e organização de empreendimentos coletivos, contribuindo para o amadurecimento da proposta e para a preparação institucional da cooperativa (Araújo, 2018; Lobato; Farias, 2025).

Esse processo culminou na fundação da CAEPIM, em maio de 2005, na sede do Projeto Mutirão, com 80 associados. A sede atual da cooperativa situa-se a cerca de 2,9 km, por via fluvial, da área do Mutirão (Mapa 1). Mais do que uma proximidade métrica, essa vizinhança expressa uma continuidade institucional e territorial: a cooperativa representou a passagem de uma experiência associativa para uma estrutura formalmente habilitada a organizar a comercialização, fortalecer a base produtiva das comunidades e ampliar os canais de venda dos agricultores familiares (Lobato; Farias, 2025).

No campo comercial, os registros indicam que, em 2006, a CAEPIM estabeleceu um de seus primeiros contratos para venda organizada da produção. Também são registradas

experiências com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), demonstrando a importância histórica dos mercados institucionais para a cooperativa e para os agricultores familiares (Lobato; Farias, 2025). Como referência da escala alcançada, Lobato e Farias (2025) registram que, em 2023, a CAEPIM contava com 142 associados regularizados e 50 agricultores familiares parceiros e comercializou aproximadamente 164.016 latas de açaí, movimentando cerca de R$ 8 milhões.

As entrevistas com dirigentes da cooperativa acrescentam elementos a essa trajetória. Por volta de 2002, a Associação Mutirão integrou, com a Cofruta, de Abaetetuba, a CART, de Cametá, e uma cooperativa de Barcarena, o Consórcio de Comercialização do Baixo Tocantins, assessorado pela FASE, que firmou contrato de venda de açaí orgânico com a empresa norte-americana Sambazon, a preços superiores aos pagos pelos intermediários. Com a transferência da empresa para o Amapá, em 2006, o contrato foi encerrado, e as cooperativas perderam espaço no mercado (Dirigente da CAEPIM, entrevista concedida aos autores, jun. 2026):

> *A gente começou bem, depois [...]. Houve um enfraquecimento grande naquela época, porque o atravessador tomou conta e levou os nossos produtores.* (Dirigente da CAEPIM, entrevista concedida aos autores, jun. 2026)

A trajetória do Projeto Mutirão e da CAEPIM demonstra que a cooperativa não se formou apenas como instrumento de comercialização, mas como resultado de um processo de mobilização, formação e aprendizagem territorial. Essa trajetória ajuda a compreender sua capacidade de articular agricultores familiares territorialmente dispersos, bem como os desafios relacionados à gestão, à participação, à logística e ao acesso aos mercados.

4.2 A certificação orgânica do açaí na CAEPIM

No Brasil, a produção orgânica é regulada pela Lei nº 10.831/2003, regulamentada pelo Decreto nº 6.323/2007, que instituiu o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SisOrg) (Brasil, 2003, 2007). O decreto prevê três mecanismos de garantia: a certificação por auditoria, realizada por organismo de avaliação da conformidade credenciado no Ministério da Agricultura; os Sistemas Participativos de Garantia, nos quais um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC) responde por uma avaliação feita de forma coletiva; e o controle social na venda direta, restrito a agricultores familiares vinculados a uma organização de controle social e sem uso do selo oficial. Apenas os dois primeiros

permitem a venda a terceiros com o selo do SisOrg.

A certificação orgânica deve ser compreendida não apenas como selo de diferenciação comercial, mas como arranjo institucional que define procedimentos de controle, registros e responsabilidades entre os agentes da cadeia. Niederle e Radomsky (2017) mostram que normas e dispositivos de certificação integram disputas de governança nos mercados de alimentos orgânicos. Em estudo sobre certificação participativa, distinta da modalidade por auditoria adotada pela CAEPIM, Puga (2022) evidencia que a conformidade depende de práticas cotidianas de documentação, fiscalização e aprendizado. Essas contribuições ajudam a interpretar o Sistema de Controle Interno da cooperativa como exigência organizativa que pode ampliar as possibilidades de comercialização, mas também impor custos de coordenação e novas dependências.

Na CAEPIM, a certificação do açaí segue a modalidade por auditoria em grupo de produtores, organizada a partir de um Sistema de Controle Interno (SCI), conduzida pela certificadora QIMA e voltada aos regulamentos brasileiro (BR), norte-americano (NOP) e europeu (CE). Nesse arranjo, a própria organização mantém os registros e realiza as inspeções internas das unidades produtivas, enquanto a certificadora audita o grupo anualmente, por amostragem, podendo realizar inspeções adicionais, inclusive sem aviso prévio. A área certificada ultrapassa 500 ha.

A titularidade da certificação mudou ao longo da trajetória da cooperativa. Até 2024, a certificação orgânica pertencia às empresas compradoras, e a cooperativa só podia vender o açaí certificado à empresa titular; a partir de então, com a mudança das exigências do mercado, a certificação passou a ser coletiva e registrada em nome da CAEPIM (Dirigente da CAEPIM, entrevista concedida aos autores, jun. 2026). A mudança amplia, em princípio, a autonomia comercial da cooperativa, ao desvincular o certificado de um comprador específico.

Para o produtor, a participação no grupo certificado implica cumprir os requisitos de manejo e de produção orgânica, manter os registros e a documentação exigidos, colaborar com os procedimentos de controle interno, fornecer informações sobre a unidade produtiva e estar disponível para inspeções internas e externas. Em contrapartida, a comercialização do açaí orgânico pode proporcionar uma bonificação em relação ao produto convencional, cujo percentual varia conforme o mercado e as condições comerciais estabelecidas. Esses elementos ajudam a compreender tanto a adesão crescente ao grupo quanto os custos e as dependências discutidos na seção 4.4.

4.3 Base produtiva e distribuição territorial dos produtores

A CAEPIM reúne cerca de 160 famílias cooperadas e comercializou aproximadamente 200 mil latas de açaí na safra de 2025. O recorte analisado corresponde a 30 produtores com certificação orgânica vinculados à cooperativa, distribuídos nos setores Japuretê, Itamimbuca, Santo Antônio, Meruú e Mamangal. Segundo dirigente da cooperativa, o grupo de certificação orgânica reunia 71 produtores no momento da entrevista, a maioria ainda em processo de adesão à cooperativa (Dirigente da CAEPIM, entrevista concedida aos autores, jun. 2026). Os dados analisados, portanto, não representam a totalidade dos cooperados nem do grupo certificado, mas permitem examinar como a produção se distribui entre setores e entre unidades familiares.

As propriedades analisadas não formam um núcleo produtivo contínuo (Mapa 1). Distribuem-se ao longo dos cursos d'água, de comunidades ribeirinhas e de trechos articulados à rodovia estadual PA-407, compondo uma base produtiva dispersa, conectada por rios, igarapés, ramais, trapiches e estradas. A sede e o porto da cooperativa localizam-se à margem do rio Santo Antônio, junto à sua foz, em ponto de contato entre a circulação fluvial e a terrestre (Figura 1).

Na Figura 1, a imagem A apresenta o Ramal Santo Antônio, via terrestre que atravessa áreas de vegetação, açaizais e unidades produtivas, conectando comunidades, propriedades e a sede da cooperativa. A imagem B mostra a sede da CAEPIM em área de contato com o rio, onde se observam trapiches, embarcações, edificações, pátio de circulação e vias de acesso. Em conjunto, as imagens indicam que a circulação do açaí depende da combinação entre rios, ramais, trapiches e estradas, condição relevante diante da dispersão dos produtores e da elevada perecibilidade do fruto.

https://doi.org/10.69675/RCU.2763-7646.12145 2763-7646

Figura 1 – Infraestruturas flúvio-terrestres relacionadas à CAEPIM: (A) Ramal Santo Antônio; (B) sede da cooperativa e acesso fluvial, Igarapé-Miri (PA)



Fonte: Projeto ValorizaBio (2026).
Nota: Imagens aéreas obtidas com drone em 10 de abril de 2026. As letras A e B foram inseridas pelos autores para identificação dos elementos analisados.

Os 30 produtores analisados declararam 31.152 latas, o equivalente a 436.128 kg, cerca de 436,1 toneladas, com média de 1.038 latas por produtor. Japuretê, Itamimbuca e Santo Antônio concentram cerca de 79% desse volume (Tabela 1). Essa concentração decorre, em boa medida, do número de produtores em cada setor: Japuretê reúne 27% dos produtores e 31% da produção, e Mamangal, 10% dos produtores e 10% da produção. O Meruú é a exceção, com 17% dos produtores e 11% da produção, reflexo de volumes individuais menores (mediana de 749 latas).

Tabela 1 – Produtores, área declarada e produção de açaí dos produtores com certificação orgânica vinculados à CAEPIM, por setor, Igarapé-Miri (PA), safra 2025

Setor	Produtores	Área declarada (ha)	Produção (latas)	Produção (kg)	Relação produção/área (kg/ha)	Participação (%)	Mediana por produtor (latas)
Japuretê	8	86,39	9.551	133.714	1.547,8	30,7	1.305
Itamimbuca	7	104,04	8.244	115.416	1.109,4	26,5	1.297
Santo Antônio	7	62,91	6.814	95.396	1.516,4	21,9	999
Meruú	5	27,45	3.466	48.524	1.767,5	11,1	749
Mamangal	3	40,94	3.077	43.078	1.052,2	9,9	1.157
Total	30	321,73	31.152	436.128	1.355,6	100,0	1.090

Fonte: Elaborado pelos autores com base em LAPTEA (2026).
Nota: Exclui a área coletiva da Associação Mutirão; equivalência de 14 kg por lata.

A relação produção/área declarada mostra o Meruú com o maior valor (1.767,5 kg/ha), seguido de Japuretê e Santo Antônio, enquanto Itamimbuca e Mamangal apresentam os

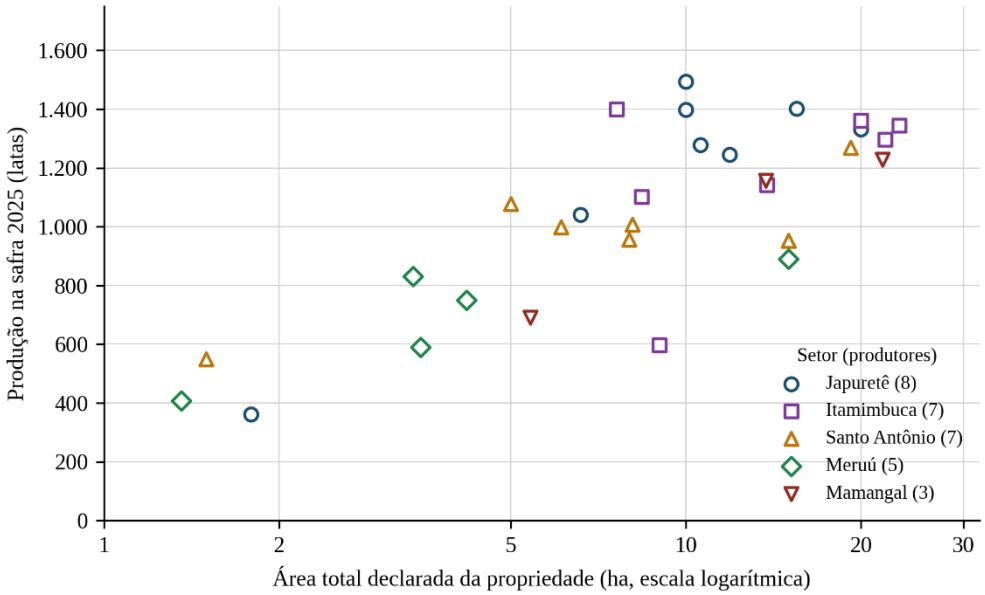
menores (Tabela 1). A ordem depende de poucos registros por setor e é sensível a casos individuais: se a área coletiva da Associação Mutirão (90 ha) fosse mantida na base, o Meruú passaria a apresentar a menor relação do recorte (620,9 kg/ha). Como referência, a PAM registra para Igarapé-Miri rendimento médio de 8.102 kg/ha em 2025 (IBGE, 2026), valor calculado sobre a área colhida com açaí e, portanto, não comparável diretamente à relação obtida sobre a área total das propriedades. Por isso, as comparações setoriais devem ser lidas com cautela, o que justifica examinar a distribuição no nível do produtor.

Nesse nível, a produção mostra-se notavelmente homogênea. Dezoito dos 30 produtores (60%) declararam entre 1.000 e 1.499 latas, e os cinco maiores respondem por apenas 23% do volume. A área, ao contrário, varia de 1,4 ha a 23,3 ha, com mediana de 9,5 ha. O índice de Gini é de 0,17 para a produção e de 0,34 para a área, ou seja, a desigualdade entre as unidades está mais na terra declarada do que no volume colhido (Gráfico 1).

A produção cresce com a área, mas em proporção bem menor. O ajuste log-log apresentou coeficiente angular de aproximadamente 0,39 ($R^2 = 0,67$; $n = 30$): no modelo, uma duplicação da área associa-se a um aumento estimado de cerca de 31% no volume produzido. A associação não equivale a efeito causal nem demonstra produtividade por hectare de açaizal, pois a base não informa a área efetivamente manejada com a cultura. Duas explicações são compatíveis com esse padrão e não podem ser distinguidas com os dados disponíveis. A primeira é que propriedades maiores tendem a incluir mais áreas sem açaí. A segunda é que a força de trabalho familiar limita a colheita, atividade intensiva em mão de obra. Essa questão é retomada na discussão.

https://doi.org/10.69675/RCU.2763-7646.12145 2763-7646

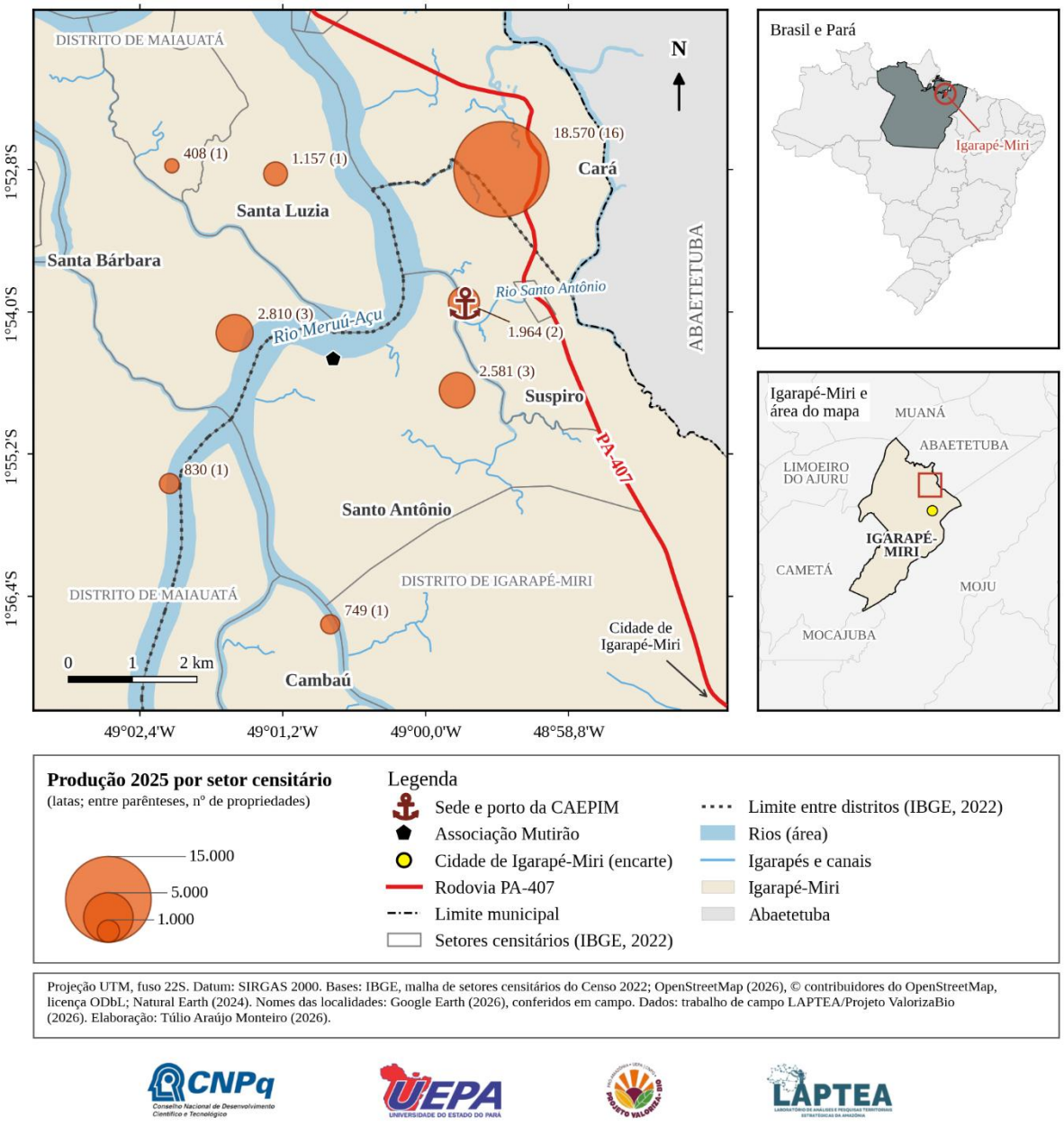
Gráfico 1 – Área total declarada e produção de açaí por produtor com certificação orgânica vinculado à CAEPIM, por setor, Igarapé-Miri (PA), safra 2025



Fonte: Elaborado pelos autores com base em LAPTEA (2026).

A distribuição espacial da produção, agregada por setor censitário, mostra forte concentração (Mapa 2). O setor censitário de Cará, entre o rio Meruú-Açu e a PA-407, reúne 16 das 28 propriedades georreferenciadas e 18.570 latas, cerca de 64% do volume mapeado, enquanto os demais setores somam entre 408 e 2.810 latas cada. Essa concentração decorre sobretudo do número de propriedades no setor, e não de volumes individuais maiores: a média no setor censitário de Cará, de 1.161 latas por propriedade, é próxima à do conjunto, o que reforça a homogeneidade observada no nível do produtor.

Mapa 2 – Produção de açaí dos produtores com certificação orgânica vinculados à CAEPIM, por setor censitário, Igarapé-Miri (PA), safra 2025



Projeção UTM, fuso 22S. Datum: SIRGAS 2000. Bases: IBGE, malha de setores censitários do Censo 2022; OpenStreetMap (2026), © contribuidores do OpenStreetMap, licença ODbL; Natural Earth (2024). Nomes das localidades: Google Earth (2026), conferidos em campo. Dados: trabalho de campo LAPTEA/Projeto ValorizaBio (2026). Elaboração: Túlio Araújo Monteiro (2026).

Fonte: Elaborado por Túlio Araújo Monteiro (2026), com base em trabalho de campo do LAPTEA (2026), IBGE (2022), OpenStreetMap (2026), Google Earth (2026) e Natural Earth (2024).

Nota: Círculos com área proporcional à soma das latas declaradas pelas 28 propriedades georreferenciadas de cada setor censitário (29.069 das 31.152 latas da Tabela 1; duas propriedades não puderam ser localizadas), posicionados no centro médio dessas propriedades; entre parênteses, o número de propriedades. Quatro propriedades situadas junto ao limite municipal foram atribuídas ao setor mais próximo. O setor censitário é unidade estatística do IBGE, e não território de produção, e os totais dependem da unidade de agregação adotada. Os nomes das localidades foram obtidos no Google Earth e conferidos pela equipe de campo.

Nas 28 propriedades georreferenciadas, não se identificou associação monotônica estatisticamente significativa entre a distância em linha reta ao porto da cooperativa e o volume produzido ($\rho = -0{,}04$; $p = 0{,}85$), tampouco entre a distância e a relação produção/área declarada

($\rho = 0{,}10$; $p = 0{,}62$). O Meruú, setor mais distante, com mediana de 5,2 km, não apresenta produção por produtor inferior à dos demais. Esses resultados não demonstram ausência de custos logísticos nem comprovam que a cooperativa os neutralize, pois a distância em linha reta não reproduz trajetos efetivos, condições de maré, tempo ou custo de transporte. A hipótese de que a organização logística da cooperativa atenua o efeito da distância requer confirmação em campo sobre as formas de transporte do fruto até o porto.

Para dimensionar o recorte, as 31.152 latas correspondem a cerca de 16% do volume comercializado pela CAEPIM em 2025. As aproximadamente 200 mil latas da cooperativa equivalem a cerca de 2.800 toneladas, cerca de 0,7% das 421,3 mil toneladas registradas pela PAM para Igarapé-Miri no mesmo ano (IBGE, 2026). A comparação, lida como ordem de grandeza, indica que a cooperativa organiza uma parcela pequena do açaí produzido no município.

Os resultados caracterizam um recorte da base produtiva relacionada à CAEPIM e não permitem medir renda, produtividade agronômica ou a participação de cada agricultor nas vendas da cooperativa. Ainda assim, a dispersão territorial, a homogeneidade dos volumes e a heterogeneidade das áreas oferecem elementos para discutir o papel da cooperativa na organização da produção familiar ribeirinha.

4.4 A cooperativa entre a unidade familiar e o mercado

Os resultados permitem qualificar o papel territorial da CAEPIM. Nos termos de Raffestin (1993), as unidades familiares dispersas pelos setores compõem a tessitura produtiva; a sede e o porto da cooperativa funcionam como nó; e rios, furos, ramais e trapiches formam a rede que liga as propriedades ao ponto de concentração da produção (Mapa 1; Figura 1). Ao organizar essa rede, a cooperativa ocupa uma posição historicamente exercida pelos intermediários, o que confere à sua atuação um conteúdo político, e não apenas logístico: quem coordena a circulação participa da definição de preços, prazos e destinos da produção.

A ausência de relação entre a distância ao porto e o volume produzido é compatível com essa leitura. Se a distância não diferencia os produtores, é plausível que a organização coletiva da coleta e do transporte reduza o atrito do espaço para quem está mais longe, ainda que essa hipótese dependa de informações de campo sobre quem transporta o fruto, com que frequência e a que custo. Em termos de Santos e Silveira (2001), a cooperativa integra os círculos de cooperação que coordenam informação, transporte e comercialização ao longo do circuito

espacial do açaí descrito por Cabral (2021).

A homogeneidade da produção e seu crescimento menos que proporcional em relação à área sugerem que o volume colhido é limitado menos pela terra disponível do que por outros fatores, entre os quais a força de trabalho familiar, como indicava Chayanov (1974). A experiência da CAEPIM aproxima-se, assim, da concentração vertical descrita pelo mesmo autor (Chayanov, 1974): seu ganho potencial não está em ampliar a escala de cada estabelecimento, mas em organizar coletivamente a circulação e a venda de uma produção familiar relativamente homogênea. Essa homogeneidade também pode favorecer a gestão democrática própria da economia solidária (Singer, 2002), pois reduz a distância entre o peso econômico de cada cooperado e a igualdade formal de voto. A desigualdade na área declarada, contudo, indica que diferenças fundiárias persistem e podem se expressar em outras dimensões, como renda, acesso a crédito e capacidade de investimento.

A escala da cooperativa impõe limites a essas interpretações. Ao movimentar menos de 1% do volume registrado para o município, a CAEPIM organiza uma parcela pequena da produção local, cuja maior parte circula por outros canais. Brondízio (2008) mostra que a inserção do açaí em mercados ampliados transformou o manejo realizado pelos produtores ribeirinhos sem lhes assegurar posição equivalente na apropriação do valor ao longo da cadeia. Em discussão sobre indicações geográficas na Amazônia, Dallabrida (2026) argumenta que a renda gerada por instrumentos de diferenciação só beneficia quem conserva o território e nele vive quando a governança das experiências associativas é plural e democrática. A experiência recente da CAEPIM ilustra essa tensão: embora a certificação esteja hoje em nome da cooperativa (seção 4.2), seu custeio permanece a cargo do parceiro comercial:

> *Hoje, quem paga toda a nossa certificação, o nosso Sistema de Controle Interno (SCI) e toda a logística de campo é o parceiro, mas a certificação está no nome da cooperativa. Mesmo assim, queremos ter autonomia para pagar essa certificação e manter técnicos para cuidar dela.* (Dirigente da CAEPIM, entrevista concedida aos autores, jun. 2026)

Nessa perspectiva, a certificação orgânica e a futura agroindústria de polpa representam estratégias de agregação de valor, mas não soluções automáticas: seus resultados dependem dos custos de certificação, da regularidade da oferta, da capacidade de gestão e da forma como o valor adicional é distribuído entre a cooperativa e os cooperados.

Por fim, a própria sistematização dos dados revela uma dimensão pouco discutida da

organização cooperativa: a capacidade de produzir e manter informação sobre seus cooperados. A conciliação de registros de área e de localização das mesmas propriedades em diferentes planilhas indica que a certificação, a rastreabilidade e o planejamento de uma agroindústria exigem uma infraestrutura de informação territorial confiável. Como lembra Saquet (2007), a territorialidade se constrói no tempo e articula relações econômicas, políticas e culturais; a trajetória que vai do Mutirão à CAEPIM mostra que essa construção é contínua e que a gestão da informação passa a integrá-la como condição para a inserção em mercados mais exigentes. A mesma preocupação aparece na fala do presidente da cooperativa sobre o processamento do fruto:

> *A preocupação é garantir que a fábrica realmente separe e identifique o fruto fornecido pela cooperativa, para não perdermos a origem do produto no processamento.* (Presidente da CAEPIM, entrevista concedida aos autores, ago. 2026)

As falas reproduzidas neste artigo provêm de dirigentes da CAEPIM e expressam uma perspectiva institucional sobre a trajetória, a certificação e a comercialização. Embora o trabalho de campo também tenha incluído diálogos com agricultores, a ausência de depoimentos sistematizados de produtores não dirigentes limita a avaliação sobre percepções, custos efetivos, bonificações e distribuição de resultados entre as famílias. Esses temas permanecem como agenda de aprofundamento da pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da CAEPIM permitiu compreender a organização coletiva da agricultura familiar ribeirinha como dimensão relevante da produção, da circulação e da comercialização do açaí em Igarapé-Miri (PA). A trajetória iniciada no Projeto Mutirão demonstra que a cooperativa não surgiu de forma isolada, mas como resultado de processos anteriores de mobilização social, formação política, aprendizagem institucional e busca por alternativas de comercialização para os agricultores familiares.

Os 30 produtores analisados declararam 31.152 latas na safra de 2025, cerca de 436,1 toneladas. A produção mostrou-se homogênea entre as unidades familiares, enquanto a área declarada varia amplamente, e a produção cresce em proporção bem menor que a área. As diferenças entre setores na relação produção/área revelaram-se sensíveis a registros individuais, o que reforça a necessidade de dados sobre a área efetivamente manejada com açaí para comparações produtivas mais precisas. A distância em linha reta ao porto não se mostrou

associada ao volume produzido, resultado que, por si só, não permite atribuir à cooperativa a atenuação dos custos da dispersão territorial.

Os resultados sugerem que o aspecto mais diretamente documentado da atuação da CAEPIM está na articulação territorial de unidades familiares dispersas e na organização de canais de circulação e comercialização. O recorte analisado, entretanto, não permite atribuir à cooperativa variações de produção, renda, preços ou custos de transporte, nem demonstrar isoladamente seus impactos econômicos. A hipótese de que a coordenação coletiva atenua dificuldades logísticas requer investigação específica sobre trajetos, tempos, custos e formas de entrega. Sua atuação, porém, apresenta limites relacionados à escala ainda pequena diante do volume municipal, à infraestrutura logística, à assistência técnica, à gestão administrativa e da informação, à participação dos associados, à regularidade das políticas públicas e à capacidade de agregação de valor. A implantação de uma unidade agroindustrial de processamento de polpa de açaí, mencionada no âmbito das ações vinculadas à cooperativa, pode alterar a posição da CAEPIM na cadeia produtiva, desde que acompanhada de regularidade de oferta e de mecanismos de distribuição do valor entre os cooperados.

Os resultados possuem caráter parcial e integram uma pesquisa em desenvolvimento. A base analisada não corresponde a um censo dos associados nem a uma mensuração de impacto econômico. Novas pesquisas poderão avançar sobre a área efetivamente manejada com açaí, a disponibilidade de trabalho familiar, as formas de transporte até o porto, os preços, a renda, a participação dos agricultores nas vendas da cooperativa, a governança interna e a retenção de valor no território. Ainda assim, o estudo oferece elementos para interpretar as formas contemporâneas de organização da agricultura familiar ribeirinha e da cadeia do açaí na Amazônia Tocantina.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Izaac Fonseca. **Território de ação local**: uma experiência amazônica de vida associativa. Curitiba: CRV, 2018.

BEDUSCHI FILHO, Luiz Carlos; ABRAMOVAY, Ricardo. Desafios para o desenvolvimento das regiões rurais. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 14, n. 3, p. 35-70, set./dez. 2004.

BRASIL. Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 24 dez. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.831.htm. Acesso em: 28 out. 2026.

BRASIL. Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007. Regulamenta a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 28 dez. 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6323.htm. Acesso em: 28 out. 2026.

BRONDÍZIO, Eduardo S. **The Amazonian caboclo and the açaí palm**: forest farmers in the global market. New York: The New York Botanical Garden Press, 2008. 403 p. (Advances in Economic Botany, v. 16).

CABRAL, Rayanni Corrêa. Circuito espacial da produção do açaí do município de Igarapé-Miri/PA. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA, 14., 2021. **Anais** [...]. [S. l.]: ANPEGE, 2021. p. 1-20.

CASTRO, Carlos Jorge Nogueira de. Projeto cartográfico e a pesquisa: a implementação da escrita gráfica nos princípios geográficos e o tripé Geografia – Cartografia – Geoinformação. **InterEspaço**: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade, Grajaú, v. 5, n. 17, p. 1-17, maio/ago. 2019. DOI: https://doi.org/10.18764/2446-6549.2019.12337.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CORRÊA, Rosivanderson Baia. A produção do açaí na Amazônia Tocantina: perspectiva para o desenvolvimento regional. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 18., 2016, São Luís. **Anais** [...]. São Luís: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2016. p. 1-12.

DALLABRIDA, Valdir Roque. Indicação geográfica e desenvolvimento: o enfoque territorial como diretriz e a patrimonialização e geração de renda de qualidade territorial como propósito. **Revista Comunicação Universitária**, Belém, v. 6, p. 1-18, 2026. DOI: https://doi.org/10.69675/RCU.2763-7646.11630.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS (FAPESPA). **O contexto econômico e ambiental do açaí**. Belém: FAPESPA, 2026. Nota técnica. Disponível em: https://www.fapespa.pa.gov.br/wp-content/uploads/2026/03/Nota-Tecnica-O-CONTEXTO-ECONOMICO-E-AMBIENTAL-DO-ACAI.VERSAO-PUBLICACAOdocx-1-1.pdf. Acesso em: 19 out. 2026.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOOGLE. **Google Earth**. Versão web. [S. l.]: Google, 2026. Disponível em: https://earth.google.com/web/. Acesso em: 21 out. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Malha de setores censitários**: Censo Demográfico 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Arquivos vetoriais. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais.html. Acesso em: 21 out. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produção Agrícola Municipal 2025**: tabela 1613 – área destinada à colheita, área colhida, quantidade

produzida, rendimento médio e valor da produção das lavouras permanentes. Rio de Janeiro: IBGE, 2026. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1613. Acesso em: 19 out. 2026.

LABORATÓRIO DE ANÁLISES E PESQUISAS TERRITORIAIS ESTRATÉGICAS DA AMAZÔNIA (LAPTEA). **Banco de dados dos produtores relacionados à CAEPIM**: produção, área e localização territorial, 2025. Belém: Universidade do Estado do Pará, 2026. Planilha eletrônica. Documento interno.

LOBATO, Ronaldo Fonseca; FARIAS, Kelson de Jesus Pinheiro. A Cooperativa CAEPIM (Cooperativa Agrícola dos Empreendedores Populares de Igarapé-Miri): seu desenvolvimento e papel significativo na valorização da agricultura familiar. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA, 18., 2025, Castanhal. **Anais** [...]. Castanhal: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MONTEIRO, Túlio Araújo. **Açaí em Igarapé-Miri (PA)**: financeirização agroindustrial, ativo territorial e potencial de Indicação Geográfica. 2026. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2026.

NATURAL EARTH. **Admin 1 – states, provinces**: 1:50m cultural vectors. [S. l.]: Natural Earth, 2024. Disponível em: https://www.naturalearthdata.com/. Acesso em: 19 out. 2026.

NIEDERLE, Paulo André; RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. Quem governa por dispositivos? A produção das normas e padrões para os alimentos orgânicos no Brasil. **Revista TOMO**, São Cristóvão, n. 30, p. 227-265, jan./jun. 2017. DOI: https://doi.org/10.21669/tomo.v0i0.6714.

OPENSTREETMAP. **Dados geográficos do OpenStreetMap**: hidrografia (natural=water e waterway) e rodovia PA-407 (ref=PA-407), Igarapé-Miri (PA). [S. l.]: OpenStreetMap Foundation, 2026. Licença Open Database License (ODbL). Disponível em: https://www.openstreetmap.org. Acesso em: 20 out. 2026.

PROJETO VALORIZABIO. **Registros de campo e acervo fotográfico da Cooperativa Agrícola dos Empreendedores Populares de Igarapé-Miri e do Ramal Santo Antônio**. Igarapé-Miri, 2026. Acervo digital.

PUGA, Felipe. Certificação e disciplina: a produção cotidiana da conformidade orgânica. **Ilha**: Revista de Antropologia, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 7-28, 2022. DOI: https://doi.org/10.5007/2175-8034.2022.e80132.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, Adebaro Alves dos. **Estratégias de desenvolvimento local sustentável da pequena produção familiar na várzea do município de Igarapé-Miri (PA)**. 2008. 128 f. Dissertação

(Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

REIS, Adebaro Alves dos; NASCIMENTO, Wagner Luiz Nascimento do; FELIZARDO, Alciene Oliveira; SANTOS, Amanda Rayana da Silva. Agricultura familiar e economia solidária: a experiência da Associação MUTIRÃO, na região do Baixo Tocantins, Amazônia Paraense. **Revista Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, v. 11, n. 22, p. 120-142, 2015.

SANTOS, Cristiano Moreno Valente; TAVARES, Francinei Bentes; LIMA, Joandreson Barra; CORDEIRO, Yvens Ely Martins. Igarapé-Miri: o açaí no epicentro da cultura e economia amazônica. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, São José dos Pinhais, v. 17, n. 1, p. 3239-3258, 2024. DOI: https://doi.org/10.55905/revconv.17n.1-192.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SILVA, João Marcio Palheta da. Percurso geográfico sob a orientação de Maria Célia Nunes Coelho. **Revista Comunicação Universitária**, Belém, v. 4, p. 1-35, 2024. DOI: https://doi.org/10.69675/RCU.2763-7646.9498.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20., 1996, Caxambu. **Anais** [...]. Caxambu: ANPOCS, 1996.

APÊNDICE 1 – INFORMAÇÕES SOBRE O MANUSCRITO

AGRADECIMENTOS
Aos agricultores e à diretoria da CAEPIM, pela acolhida e pelas informações concedidas durante o trabalho de campo.

FINANCIAMENTO
O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), processo nº 444966/2024-2, Chamada CNPq/MCTI/FNDCT nº 19/2024 (Pro-Amazônia), Projeto ValorizaBio.

CONFLITOS DE INTERESSE
Os autores declaram não haver conflitos de interesse.

DISPONIBILIDADE DE DADOS DE PESQUISA
Os resultados agregados apresentados neste artigo foram obtidos de registros do LAPTEA/Projeto ValorizaBio, provenientes da base de dados da CAEPIM. Os microdados contêm informações pessoais e geográficas dos participantes e, por isso, não são disponibilizados publicamente. Uma versão anonimizada, sem nomes, documentos de identificação e coordenadas exatas, pode ser disponibilizada mediante solicitação aos autores, condicionada às autorizações institucionais e às condições éticas aplicáveis.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM
As fotografias aéreas da Figura 1 integram o acervo do Projeto ValorizaBio, foram produzidas pela equipe de pesquisa e não retratam pessoas identificáveis.

DIREITOS AUTORAIS
Os direitos autorais são mantidos pelos autores, os quais concedem à Revista Comunicação Universitária - os direitos exclusivos de primeira publicação. Os autores não serão remunerados pela publicação de trabalhos neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicado neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico. Os editores da Revista têm o direito de realizar ajustes textuais e de adequação às normas da publicação.

OPEN ACCESS
Este manuscrito é de acesso aberto (*Open Access*) e sem cobrança de taxas de submissão ou processamento de artigos dos autores (*Article Processing Charges – APCs*).. O acesso aberto é um amplo movimento internacional que busca conceder acesso online gratuito e aberto a informações acadêmicas, como publicações e dados. Uma publicação é definida como 'acesso aberto' quando não existem barreiras financeiras, legais ou técnicas para acessá-la - ou seja, quando qualquer pessoa pode ler, baixar, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou usá-la na educação ou de qualquer outra forma dentro dos acordos legais.

LICENÇA DE USO
Licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC 4.0). Esta licença permite compartilhar, copiar, redistribuir o manuscrito em qualquer meio ou formato. Além disso, permite adaptar, remixar, transformar e construir sobre o material, desde que seja atribuído o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico.

VERIFICAÇÃO DE SIMILARIDADE
Este manuscrito foi submetido a uma verificação de similaridade utilizando o *software* de detecção de texto iThenticate da Turnitin, através do serviço *Similarity Check* da Crossref.

PUBLISHER
Centro de Ciências Sociais e Educação (CCSE). Publicação no Portal de Periódicos da Universidade do Estado do Pará. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da referida universidade.

HISTÓRICO
Submetido: 02 de julho de 2026.
Aprovado: 13 de novembro de 2026.
Publicado: 13 de novembro de 2026.